

Defensoria tem projeto premiado

DA REDAÇÃO

A garantia ao direito de defesa ao adolescente em conflito com a lei rendeu à Defensoria Pública do Distrito Federal o prêmio Sócio-Educando, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (Sedh) da Presidência da República. O projeto, idealizado pela defensora Juliana Leandra de Lima Lopes, venceu a categoria Acesso à Justiça, que reconheceu o trabalho de pessoas e instituições que lutam pela recuperação de jovens autores de atos infracionais.

“Esse projeto sempre foi um sonho pessoal. A instituição (a Defensoria Pública) deu todo o apoio. Espero que possa inspirar outros estados”, diz Juliana. Desde 2006, os adolescentes, antes de serem levados ao Ministério Público, têm um encontro com um dos nove defensores. “Com isso, melhorou o acesso à Justiça, à informação e, principalmente, a questão do abuso cometido pelos policiais durante as apreensões”, explica a defensora.

O prêmio Sócio-Educando foi criado em 1998 e, 10 anos depois, chegou à terceira edição. De acordo com o ministro da Sedh, Paulo Vanucchi, a idéia é que a periodicidade diminua. Para ele, iniciativas que busquem resgatar os adolescentes em conflito com a lei são um exemplo de que o Brasil não quer ser “um país de cadeias nem de um sistema de interna-

ção que joga o jovem na escola do crime”.

Essa, porém, é uma realidade ainda distante. O Brasil acaba de ser acusado na Organização dos Estados Americanos (OEA) de torturas e assassinatos cometidos contra adolescentes autores de atos infracionais em unidades de cumprimento de medidas socioeducativas. Na última terça-feira, Carlos Nicodemos, advogado que levou a denúncia à OEA,

Paulo de Araujo/CBIDA Press



JULIANA: PROJETO MELHORA ACESSO DE ADOLESCENTES À JUSTIÇA

destacou que, apesar dos avanços na legislação e acordos internacionais que se referem a crianças e a adolescentes, a realidade brasileira ainda está longe das garantias previstas na lei.